

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT06.002

GRUPO DE TRABALHO PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DA 4ª COORDENADORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO

Claudia D’Arc Fontes¹

RESUMO

O texto a seguir relata a criação de um grupo de estudos nomeado Grupo de Trabalho para a Educação das Relações Étnico-Raciais da 4ª Coordenadoria Regional de Educação (GT-ERER 4ªCRE). Lançado em junho de 2023, com início de seus trabalhos no mês de agosto do mesmo ano. O grupo de professores se reúne bimestralmente para discutir, ampliar conhecimento teórico e trocar sobre práticas pedagógicas pautadas nas Leis 10.639/03 e 11.645/08. Convocados com a devida antecedência, os professores que são convidados a participar como palestrantes a cada encontro sentem-se motivados e valorizados pelo ambiente de troca, comunicação e fortalecimento do território das escolas que pertencem a 4ª Coordenadoria.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas, Antirracista, Formação, Professores, Alunos.

1 Mestre em Educação pela UFRJ, idealizadora e coordenadora do GT-ERER 4ª CRE, formadora, escritora, palestrante, dançarina, educadora antirracista e professora da Rede Municipal do Rio de Janeiro desde 2011, cdarcf@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Os professores são trabalhadores que foram mergulhados em seu ambiente de trabalho, aproximadamente, 16 anos antes mesmo de começarem a trabalhar. Desta forma, o ensinar provém de sua história de vida e, principalmente, de sua história de vida escolar (Tardif, 2000).

“É nesse sentido que não vejo como pensarmos a educação (...) sem atentar para o que já existe nos porões dos nossos pensamentos” (Veiga-Neto, 2012, p.278). Segundo o autor, “iraos porões” significa a “necessidade de conhecermos os porões e alicerces arquetípicos e epistemológicos que sustentam as nossas práticas educacionais cotidianas” (Veiga-Neto, 2012, p.283). Este exercício capacita o professor a conhecer historicamente e julgar o que há de positivo, auxiliando a combater estereótipos, preconceitos e a compreender os fenômenos sociais.

Minha atuação como docente da Rede Municipal do Rio de Janeiro se iniciou em 2011. Mesmo, a princípio, não reconhecendo a origem do meu incômodo, em minhas práticas com os alunos tentava trazer algo que fizesse sentido para eles. Construí um alfabeto com palavras que faziam parte do cotidiano dos alunos, usava palavras que eles conhecessem ou fazia a relação entre as palavras desconhecidas e conhecidas, buscava aprimoramento com cursos externos e pós-graduações, iniciando minha caminhada para descolonizar meus pensamentos e minhas práticas pedagógicas. Com o passar do tempo e experiência, comecei a compreender o currículo eurocentrado com o qual aprendemos enquanto éramos alunos e reproduzimos ainda em nossas salas de aula.

...nosso trabalho não é de simplesmente partilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo (hooks, 2017, p. 25).

O currículo eurocentrado é oriundo do processo de colonização, que é um processo de dominação que visa extrair riqueza. O colonizador se

coloca como o centro de produção do conhecimento, seus pensamentos seriam lógicos e evoluídos. Enquanto o colonizado possuiria um saber primitivo, seus pensamentos seriam pré-lógicos e, devido a isto, precisaria ser resgatado por outros povos mais “evoluídos” de sua “primitividade”.

...o racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a “superioridade” branca ocidental à “inferioridade” negro-africana. A África é continente “obscuro”, sem uma história própria (Hegel); por isso a Razão é branca, enquanto a Emoção é negra. Assim, dada a sua “natureza sub-humana”, a exploração socioeconômica dos africanos por todo o continente é considerada “natural”. Mas, graças aos trabalhos de autores africanos e afro-americanos—Cheikh Anta Diop, Théophile Obenga, Amílcar Cabral, Kwame Nkrumah, W. E. B. Du Bois, Chancellor Williams, George G. M. James, Yosef A. A. Ben-Jochannan, Ivan Van Sertima, Frantz Fanon, Walter Rodney, Abdias do Nascimento e tantos outros—, sabemos o quanto a violência do racismo e de suas práticas nos despojou do nosso legado histórico, da nossa dignidade, da nossa história e da nossa contribuição para o avanço da humanidade nos níveis filosófico, científico, artístico e religioso; o quanto a história dos povos africanos sofreu uma mudança brutal com a violenta investida europeia, que não cessou de subdesenvolver a África... (González, 2020, p. 122).

Mesmo com o processo de término da colonização, os saberes, o poder e as normativas do colonizador permanecem intrínsecos, influenciando e desqualificando a cultura do ex-colonizado. Somente a partir do século XX houve discordância sobre a África ser um povo sem história, sem escrita e sem ciência, retirando da Europa a falsa reputação de detentora do saber.

Walter Mignolo (2003) destaca que o pensamento-outro caracterizado como decolonialidade se expressa na diferença colonial, isto é, um reordenamento da geopolítica do conhecimento em duas direções: a crítica da subalternização na perspectiva dos conhecimentos invisibilizados e a emergência do pensamento liminar como uma nova modalidade epistemológica na interseção da tradição ocidental e a diversidade de categorias suprimidas sob o ocidentalismo e o eurocentrismo (Oliveira e Candau, 2010, p. 24).

Desde julho de 2022, me encontro na função de Formadora para Lideranças Pedagógicas e, em minhas formações com os Coordenadores Pedagógicos das escolas de Ensino Fundamental da 4ª Coordenadoria Regional de Educação, sempre trago reflexões sobre as Leis 10.639/03 e 11.645/08.

Muitas das conquistas alcançadas nessa área (escolarização plena) devem-se, é certo, ao empenho da sociedade civil, sobretudo por meio dos movimentos negros (PEREIRA, 2013; SANTOS, 2005), responsáveis por impulsionar a aprovação de leis especialmente preocupadas em suprir demandas educacionais da população afrodescendente no Brasil, como o caso da já bastante debatida lei 10639, de 2003. Associada ao Parecer (2003) e à Resolução (2004) do Conselho Nacional de Educação, a referida lei determina e aponta diretrizes para a implementação, no currículo do Ensino Fundamental e Médio, do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, alterando a norma maior que rege nossa educação, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (1996) (Silva, 2021, p. 3).

Para auxiliar a todos a pensar práticas pedagógicas que ocorram em conformidade com essas Leis e de forma transversal, em junho de 2023 criei um grupo de estudos intitulado **Grupo de Trabalho para Educação das Relações Étnico-Raciais da 4ª Coordenadoria Regional de Educação** (GT ERER / 4ª CRE). Seu lançamento foi realizado em uma reunião para diretores de creches e Espaços de Educação Infantil (EDI's). Expliquei que os objetivos seriam ampliar o arcabouço teórico dos participantes e promover trocas em relação as práticas pedagógicas pautadas nas Leis 10.639/03 e 11.645/08. A cada encontro temos um ou mais palestrantes para cada uma dessas perspectivas: teoria e prática. O papel dos gestores escolares é enviar um representante e promover momentos em sua unidade escolar para reflexão, de modo que o participante relate aos seus colegas de profissão o que vivenciou nas reuniões do GT.

SOBRE OS ENCONTROS

Para o primeiro encontro, iniciei o movimento convidando os professores André Luiz Silva Souza e Shirlei Machado. Após a minha explanação apresentando o GT e seus objetivos, o professor André Luiz-formador da Educação Infantil-falou da importância de atividades afrorreferenciadas planejadas em consonância com o PPP da escola, evitando assim atividades estanques, descontextualizadas, isoladas e / ou sem sentido, como datas comemorativas. Afirmou que o primeiro passo é compreender que vivemos em uma sociedade excludente e racista e tornar natural o caminho da realização de atividades que contemplem as diversidades. Mencionou o documento “Orientações e ações para a educação das relações étnico raciais”, que foi posteriormente compartilhado com os presentes. Shirlei-Professora Articuladora do EDI Coronel Assunção-iniciou sua apresentação cantando a música Funga Aláfia, realizando uma coreografia que depois foi ensinada e repetida junto com os presentes. Shirlei, então, menciona alguns documentos orientadores como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI), as Leis 10.639/03 e 11.645/08 até chegar ao Plano de Dimensões-Dimensão III Diversidade-que passou a vigorar na Rede de Ensino do Rio de Janeiro a partir de 2022. Ela demonstrou a “causa raiz” da unidade escolar onde trabalha: ressignificar as histórias e culturas para além das datas comemorativas. Após o diagnóstico da causa raiz, a equipe escolar precisa apontar o cenário atual e o pretendido. Como atual foi apontado o pouco conhecimento e como pretendido o reconhecimento da diversidade cultural e étnico-racial de forma mais abrangente, proporcionando experiências mais significativas de pertencimento para os discentes. Em seguida, demonstrou os passos percorridos para o cumprimento do planejado, iniciando com uma reunião de equipe, visita com a equipe docente ao território, reconhecendo e valorizando a cultura local. Depois da imersão com a equipe, iniciaram as atividades com os alunos com foco na diversidade e cultura da sua região, valori-

zando os espaços onde os alunos moram e transitam. Foram utilizados os valores civilizatórios de Azoilda Trindade, ações e experiências da cultura indígena, passeio pela Pequena África (Centro do Rio de Janeiro) com a equipe docente, apresentação dos alunos da unidade escolar em outros ambientes e a apresentação de alunos de outras em sua unidade escolar. No Plano de Dimensões de 2023 a causa raiz apontada foi a pouca valorização da cultura negra e indígena dentro do espaço escolar. No cenário atual foi apontada a pouca representatividade e, como pretendido, valorização da representatividade negra e indígena para além dos muros da unidade. Então foram apresentadas diversas atividades, contato dos alunos com livros que valorizem seus aspectos físicos e aumentem sua autoestima, até a festa de encerramento do primeiro semestre que ainda iria acontecer com o título de “Festa Cultural Diversidade Étnico- Racial & Povos Originários”. Ela reforçou a necessidade de focar no Currículo e no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, reafirmando o compromisso de iniciativas antirracistas. Para finalizar, foram indicadas páginas do Instagram a serem seguidas que produzem conteúdo antirracista.

Para que o esforço de respeitar e honrar a realidade social e a experiência de grupos não brancos possa se refletir num processo pedagógico, nós, como professores – em todos os níveis, do ensino fundamental à universidade – temos de reconhecer que nosso estilo de ensino tem de mudar. Vamos encarar a realidade: a maioria de nós frequentamos escolas onde o estilo de ensino refletia a noção de uma única norma de pensamento e experiência, a qual éramos encorajados a crer que fosse universal. Isso vale tanto para os professores não brancos quanto para os brancos. A maioria de nós aprendemos a ensinar imitando esse modelo. Como consequência, muitos professores se perturbam com as implicações políticas de uma educação multicultural, pois tem medo de perder o controle da turma caso não haja um modo único de abordar um tema, mas sim modos múltiplos e referências múltiplas (hooks, 2017, p. 51).

A partir do encontro de agosto de 2023 convidamos um representante por escola, considerando todas as escolas pertencentes a 4ª CRE. Realizamos encontros mensais. Os palestrantes são os próprios professores (convidados com a devida antecedência), onde eles mostram aos

demais que possível realizar tais práticas transversalmente. Para início de contextualização, apresentei aos participantes o símbolo Adinkra que nos representa:

Figura 1 – Símbolo Adinkra Sesa Wo Suban que representa o GT ERER / 4ª CRE..



Fonte: Retirado da Internet, montagem no Canva.

Os símbolos Adinkras são originários do povo Ashanti, localizados hoje em Gana e Togo (África Ocidental), e bastante difundidos pelo mundo devido a diáspora. Os símbolos eram muitas vezes impressos nas roupas usadas em momentos de despedida e possuem significados individuais. No caso do Sesa Wo Suban, símbolo do GT ERER / 4ª CRE, seu significado é “mude ou transforme sua atitude”. Composto por dois outros símbolos: a estrela da manhã que simboliza um renascer a cada dia e a roda que representa a rotação e autonomia de movimentos. É o símbolo da transformação. E, para completar, um provérbio africano que diz que “é preciso uma aldeia inteira para educar uma criança” dando a ideia de união provinda desse continente, pois os filhos são filhos de todos da aldeia, todos educam, todos corrigem e zelam pela integridade daquele ser. Ideia comum nas favelas do Rio de Janeiro. Essa é uma concepção diaspórica vinda de África que ainda sobrevive nas comunidades daqui, no real sentido da palavra, pois são os moradores desses locais que vivem o verdadeiro sentido de comunidade e esta é a filosofia que trago com esse GT:

uma ideia de sermos todos responsáveis pela educação desses discentes, sendo a maior parte da nossa rede de ensino composta por alunos pretos e pardos e, sabendo o quanto a escola pode ser um ambiente racista, precisamos agir de modo diferente de como foi conosco, enquanto ocupantes dos bancos das salas de aulas.

Neste encontro tivemos como palestrantes os docentes Marco Aurélio da Conceição Correa-professor do 2º ano da Escola Municipal Professora Maria de Cerqueira e Silva, escritor e Doutorando em Educação (UERJ) e Monica Aniceto Barros-professora de Língua Portuguesa da Escola Municipal Embaixador Barros Hurtado, Especialista em Ensino de Leitura e Produção Textual e ganhadora do Prêmio Comdedine nos anos 2019 e 2023. Marco Aurélio trouxe práticas e bastante embasamento teórico, falou de autores importantes para a construção de um posicionamento antirracista como Bárbara Carine, Azoilda Trindade, Kabengele Munanga, Angela Davis e Djamilia Ribeiro. E, por ser da área do cinema, trouxe exemplos de filmes que utilizou e serviram de inspiração para construção de outros com seus alunos: Hair Love, O plano do ano, A piscina de Caique e Número e série. A professora Monica trouxe exemplos de práticas interdisciplinares unindo a disciplina dela a Matemática, História, Educação Física e Artes, todas pautadas em práticas antirracistas. A escola costuma realizar eventos internos com a presença de convidados como Pastor Henrique Vieira, o escritor Ricardo Jaheem, a jornalista Flavia Oliveira, a secretária municipal do Meio Ambiente Tainá de Paula, dentre outros. Os alunos participam ativamente na presença destes convidados com perguntas, aprimorando sua oralidade e reflexão crítica. A professora embasou suas práticas apontando as habilidades trabalhadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com autores como Guimarães Rosa, Sônia Rosa e bell hooks. Além disso, Monica trouxe alguns dos seus alunos e tivemos o prazer de vê-los narrar não só sobre as habilidades desenvolvidas, mas outras questões como autoestima, saber e querer se colocar no mundo como a pessoa que se é: pois tivemos alunos se identificando como pessoas pretas e outros entendendo seu lugar de privilégio por serem pessoas

brancas. Suas narrativas foram extremamente emocionantes e importantes, embelezando o nosso encontro.

No encontro de setembro de 2023 tivemos a participação dos professores palestrantes Rodrigo Silva Magalhães—professor de História, atualmente na função de Coordenador Pedagógico da Escola Municipal Escritor Millôr Fernandes, Doutor em Ensino de História e Historiografia (UERJ) e Lucas Henrique Ferreira—professor de Educação Física da Escola Municipal Olimpíadas Rio 2016, Mestrando em Educação (UFRJ) e Especialista em Educação das Relações Étnico-Raciais. Rodrigo nos trouxe um pouco da história da Maré, assim como foi levada para seus alunos enquanto regente em sala de aula. Iniciou com a música “O meu lugar” de Arlindo Cruz, pois percebia que muitos alunos apresentavam dificuldade de ver o seu local de moradia como algo positivo. Contou os processos de início do Complexo da Maré: construção, reconstrução, primeiros moradores como Dona Orosina e moradores ilustres como Marielle Franco. Falou da importância das mulheres como parte importante e essencial da sociedade. Construiu com os discentes a ideia de reconhecimento, sabendo que ao reconhecer o lugar que ocupa, torna-se menos complicado projetar algo diferente para o futuro. Pois, para se realizar algo novo é necessário conhecer o seu ponto de partida. Já o professor Lucas (Buda, ex- BBB) nos trouxe a questão da docilização dos corpos realizado com maestria nos espaços escolares. Espaço que “entende” que corpos e mentes são separados. Nós e nossos alunos não TEMOS um corpo, nós SOMOS um corpo. Corpo este que produz saberes. Saberes estes que são hierarquizados na escola. Lucas nos trouxe a questão da importância do afeto, de afetar e provocar arrepio nesse corpo aprendente que frequenta a escola. Além de todo conteúdo teórico embasado por Nilma Lino Gomes, Nego Bispo, Thayara Lima e Azoilda Trindade, fomos agraciados com uma linda roda de jongo tocada, cantada e ensinada pelo próprio professor, assim como ele costuma fazer com seus alunos.

No encontro de outubro de 2023 tivemos a presença de Jessé Andarilho que é escritor, roteirista, produtor cultural, responsável pela abertura de

uma biblioteca comunitária que funciona num posto policial desativado na favela de Antares e presidente do Instituto Marginow. Jessé falou de sua relação ruim com a escola, da dificuldade de criar o hábito de leitura e de como se tornou escritor, aproveitando o largo tempo de viagem no trem a caminho do trabalho. Hoje em dia é palestrante renomado, autor de diversos livros e participa frequentemente de diferentes eventos culturais. A segunda participante foi Danielle Coutinho, professora de História da Rede, formadora da Escola de Formação Paulo Freire e Doutoranda da UERJ. Ela nos trouxe a questão da invisibilização dos saberes de nossos alunos, sua cultura negada e o nosso currículo reprodutor da hegemonia. Fez os presentes refletirem sobre as desigualdades e desmoralização dos moradores de favelas. Tratados como cidadãos de segunda classe, suas potências são socialmente colocadas como “saberes menores”, tentando fortalecer amarras mentais a fim de que esses conhecimentos não se expandam. Ela nos trouxe artistas pretos e periféricos, como Conceição Evaristo, Eliana Alves Cruz, Jessé Aundarilho (que também estava presente no encontro), Maxwell Alexandre, Nilma Lino Gomes, Jailson de Souza, Sérgio Vaz e Daniel Brazil, de quem a palestrante fez a leitura de uma linda poesia. O escritor mencionado nos presenteou com sua presença e uma fala rápida ao final do encontro.

No encontro de novembro de 2023 compareceram como palestrantes os professores Jacques Pinto—professor de História da Escola Municipal Olimpíadas Rio 2016, Mestre em História Social (UFRJ) e Doutorando em Histórias da Ciência e da Saúde pela Fiocruz e Marco Aurélio da Conceição Correa—professor do 2º ano da Escola Municipal Professora Maria de Cerqueira e Silva, escritor, Especialista em ensino de história da África e Doutorando em Educação (UERJ). O professor Jacques iniciou a reflexão desse encontro com a perspectiva de enegrecer o pensamento através das perspectivas de memória, saber e cura embasados nos pensamentos de Petronilha Gonçalves Silva, Abdias Nascimento e Cheikh Anta Diop. Nos falou do sequestro de pessoas escravizadas e como essa memória pode nos constituir como sociedade hoje, os saberes que vieram de

África-berço da humanidade, de onde também veio muitos dos saberes de cura utilizados aqui e lembrou que pesquisar a origem correta pode nos levar a decolonização dos pensamentos, afinal muito dos saberes que vieram de África foram repassados pelos colonizadores como se fossem originários de seus países. Marco Aurélio nos trouxe a magia do cinema reproduzida em sala de aula com seus alunos, citou bell hooks quando afirmou que a realidade é transformada em algo diferente bem diante dos nossos olhos. Criando novas estéticas, ele usa o cinema como ponto de partida para introduzir temas diversos, incluindo a Lei 10.639/03 e, até mesmo, assuntos polêmicos. Enriquece as práticas com outras mídias como literatura, música, corporeidades, embasados nos valores civilizatórios de Azoilda Trindade. Após as explanações, tivemos a professoras Bruna Marques e Jamille Bastos, formadoras de Alfabetização, promovendo a vivência “Guerreiros Nagô” que se trata de uma releitura afrorreferenciada de “Escravos de Jó”. De autoria da professora Beatriz Bessa, os participantes abriram espaço, deslocando suas cadeiras e foi feita uma linda roda para realizar a atividade sob comando das formadoras. Segue a letra:

“Guerreiros Nagô jogavam caxangá
Gira, salta
Deixa o Zabelê ficar
Guerreiras com guerreiros fazem zigue zigue zá
Guerreiras com guerreiros fazem zigue zigue zá
Guerreiros Nagô jogavam caxangá
Gira, salta
Deixa o Canjerê ficar
Guerreiras com guerreiros fazem zigue zigue zá
Guerreiras com guerreiros fazem zigue ziguezá”

Para finalização, tivemos a presença do cantor Antônio Carlos Mariano, fechando os encontros de 2023 com sua voz e violão. Cantou músicas

da MPB, atendeu a pedidos e formou um lindo coral com participantes, fazendo com que encerrássemos o ano de forma leve.

Reiniciamos em março de 2024. Neste ano foi preciso reformular e os encontros passaram a acontecer a cada dois meses. Neste tivemos as professoras Shirlei Machado–Professora Articuladora do EDI Coronel Assunção e Lavini Castro–Doutoranda em História Comparada (UFRJ), Mestre em Relações Étnico-Raciais, Coordenadora da Rede de Professores Antirracistas e ganhadora do Prêmio Simãlgualdade Racial do ID_BR em 2021. Shirlei iniciou falando da pluralidade cultural e que tais direitos estão garantidos pelas Leis 10.639/03 e 11.645/08, já que tais práticas ainda causam ruídos em muitas de nossas unidades escolares e fora delas. Trouxe reflexões sobre racismo estrutural e institucional e a nossa responsabilidade individual sobre essas questões, como ferramentas coloniais corporais que ainda são reproduzidas nos espaços escolares. Práticas racistas e preconceituosas que afetam áreas do cérebro, desencadeando estresse mental e corporal, alterando a neuroplasticidade e, conseqüentemente, causando prejuízo no desenvolvimento cognitivo e no processo de aprendizagem. Como afirma bell hooks, “À medida que nos deparávamos com os constantes preconceitos, uma corrente oculta de tensão afetava nossa experiência de aprendizado” (hooks, 2017, p. 14). A professora Shirlei reforçou a necessidade de um posicionamento antirracista por parte dos educadores e sobre a necessidade de se letrar racialmente. Mencionou os documentos orientadores como o Currículo Carioca, PPP, material Rioeduca e sobre a necessidade de promover a representatividade. Para tal, mencionou algumas páginas do Instagram a serem seguidas e obras literárias: Como ser um educador antirracista, Educação Infantil e identidade étnico-racial, Infâncias Negras, O Pacto da Branquitude, Racismo e anti-racismo na educação, O movimento negro educador, Caminhos trilhados na luta antirracista, Tornar-se negro, Do silêncio do lar ao silêncio escolar, A Pedagogia da Infância Indígena, Guia da GERER (Gerência de Relações Étnico-Raciais da SME) e os Valores Civilizatórios de Azoilda Trindade. Mencionou, também, sobre obras literárias que trazem prota-

gonismo negro, mas não promovem representatividade positiva e sobre a necessidade de observar antes de utilizá-las com os alunos. Lavini iniciou complementando a fala de Shirlei, afirmando que todo professor pode e deve ser um educador antirracista. Deu exemplos de racismo não explícitos que ocorrem cotidianamente e ratificou a necessidade da diversidade étnico-racial ser trabalhada na realidade de toda sala de aula, pois naturalizamos a sociedade como branca. Em seguida, ela trouxe dados de uma pesquisa de julho de 2023 que trata das percepções do racismo e mostra uma tomada de consciência e, ao mesmo tempo, uma nítida ausência de formação por parte dos professores. É preciso consciência política para saber diferenciar preconceito, discriminação, racismo e outros atravessamentos cotidianos, incluindo termos ou palavras inadequadas que caíram em desuso por serem racistas. Assim como, intervir imediatamente quando presenciarmos casos de racismo. Falou de afeto e o fortalecimento das relações e que precisamos observar se ocorre manifestações em casos de racismo por parte dos discentes. Sobre a representatividade, reforçou a necessidade de imagens e murais bem-intencionados, de modo a promover o pertencimento racial, autoestima positiva através de uma valorização histórica. Finalizou reforçando que todos nós devemos ser educadores antirracistas. Foi um encontro com muitas trocas e interações.

No encontro de maio de 2024 tivemos Elayne Melo—professora de educação infantil no EDI Joaquim Venâncio, especialista em relações étnico-raciais pelo CEFET e mestranda em Ensino em Educação Básica pelo CapUERJ. E Haroldo Ferreira da Silva—professor do PEJA no GET Suíça, graduado em Geografia com pós em Gestão Escolar, professor Seeduc e Coordenador de Igualdade Racial no Semed de Belford Roxo. Elayne nos trouxe um pouco de sua pesquisa de Mestrado, onde ela fala sobre famílias e questões étnico-raciais. Afirmou ter chegado a esse tema fazendo o movimento da Sankofa, voltando às suas raízes para avançar. Relembrou que as Leis 10.639 de 2003 e 11.645 de 2008 são frutos da luta de diversos movimentos sociais. Iniciou a reflexão sobre o papel dos pais e responsáveis na execução destas Leis e como a escola tende a silenciar, neutralizar

e homogeneizar as diferenças. Em conversa inicial com as famílias foram apresentadas as Leis e promovidas reflexões sobre autodeclaração, autoestima, racismo e mito da democracia racial. Elas participaram ativamente, construindo novos saberes sobre os temas sugeridos. Questionaram como uma Lei que tem 21 anos nunca lhes foi apresentada. Diante dessas trocas, Elayne decidiu criar as pílulas antirracistas que foram apresentadas no GT com quatro vídeos: Lápis cor de pele?; Autodeclaração: o que eu sou?; Que África você conhece?; Vamos refletir sobre estereótipos?. Os vídeos geraram diversas discussões e os participantes ficaram ansiosos para utilizá-los em suas unidades escolares. Eles se encontram no canal do YouTube e Instagram “Pílulas Antirracistas”. A professora finalizou enfatizando que as discussões com as famílias não devem se findar nunca e que eles são aliados indispensáveis na luta antirracista. O professor Haroldo iniciou as discussões com o trecho do filme Ópaí, ó, filme de 2007, cena impagável com Lázaro Ramos e Wagner Moura. Em seguida, utilizou a imagem do quadro “Aredenção de Cam” e o professor palestrante trouxe à tona as discussões sobre a tese de embranquecimento em nosso país. Contextualizou com as falas de seus familiares, como sua avó explicava a sua negritude e, logo após foi passado um segundo vídeo de Maria Gal, explicando o que é colorismo. O professor falou sobre colorismo e branquitude, trouxe a concepção de Gilberto Freyre e o mito da democracia racial, já mencionado antes pela professora Elayne. Trouxe resultados de pesquisas com o total de residentes do Brasil por cor ou raça e as muitas nomenclaturas utilizadas para autodeclaração em pesquisas anteriores do IBGE quando as respostas eram abertas. Depois de diversas colocações dos participantes, o encontro foi finalizado com um canto do povo Dagara, originário de Gana.

No encontro do dia 03 de julho, fizemos uma caminhada cultural com o guia de afroturismo Vilson Luiz: cria da Vila Cruzeiro, graduação em Administração com pós-graduação em negócios sociais inclusivos pela ESPM, atuando no setor do turismo em favelas. Vilson fala com propriedade do território e, também, com muito carinho. Nos encontramos

no Largo da Penha, onde começamos a ouvir a história local. Ao lado da estátua do Mestre Touro, aprendemos a importância deste para a história da Capoeira (tendo sido justamente homenageado em vida). Nos encaminhamos para a estátua da “Índia” do escultor francês Jules Salmon, uma obra impregnada de fantasia e exotismo. Seguimos para o Parque Shanghai-parque temático mais antigo do Brasil-que já foi itinerante, mas permanece no mesmo endereço desde 1966. O carrosselém modelo que existe somente três exemplares no mundo. Em sua constante manutenção, permanece ativo, e trouxe memórias de infância para vários participantes. Em seguida, fomos para a Igreja da Penha, no pátio fizemos uma roda de conversa e aprendemos sobre a história da fundação desta instituição, momentos importantes ocorridos naquele local e artistas renomados que já estiveram lá, inclusive, para lançarem seus sambas. Na parte mais alta, aprendemos sobre o entorno: as comunidades que cercam, as universidades que já tiveram suas sedes ali, o curtume que funcionava no local, a construção da igreja, suas reformas, ampliações e melhorias. Finalizamos o passeio repletos de novas informações sobre o território e, como alguns professores disseram, com muitas novas ideias para trabalhar com os alunos.

No encontro de setembro, iniciamos com Izabela Mayara – graduanda em Enfermagem, Doula e educadora perinatal – falando sobre racismo obstétrico. A diferença de tratamento que as mulheres pretas recebem em consultas médicas e durante o parto. Os experimentos que foram feitos em mulheres pretas escravizadas sem anestesia, que marcam a história da medicina e outras diferenciações de tratamento, até mesmo, após o parto. O professor William Mathias-Doutorando em Educação pela UERJ, pós-graduando na especialização em Relações Étnico-Raciais e Educação do CEFET/RJ e Mestre em História Social da Cultura na PUC-Rio- trouxe suas práticas pedagógicas, demonstrando o uso de HQs (Angola Janga, Jeremias-Pele, Jeremias-alma e Conto dos Orixás) numa perspectiva decolonial. Além destes, o curta “O Senhor do Trem” (fala sobre a cultura negra no Rio de Janeiro com foco na história do samba e da

Velha Guarda da Portela–Monarco, Tia Surica e Paulo da Portela) que foi utilizado para trabalhar memória, ancestralidade e musicalidade na perspectiva dos valores civilizatórios afro- brasileiros de Azoilda Trindade. Os valores circularidade, ludicidade, corporeidade e musicalidade, foram trabalhados através do livro “Depassinho em passinho: um livro para dançar e sonhar”. Tivemos a participação de Jéssica Kalunga–Pedagoga, arte-educadora, palestrante, pesquisadora de Dança Afro, contadora de histórias, discípula dos ensinamentos jongueiros e suas pedagogias griôs – suas palavras sensíveis, seus ensinamentos sobre jongo que vieram através de um corpo-dançante que flutua pelo espaço, assim como suas doces observações sobre as palestras. Finalizamos este encontro de forma brilhante, devido a sua presença.

Em novembro fizemos um encontro repleto de participações. Iniciamos com uma Contação de Histórias com a escritora Estela Martins-gestora da Creche Municipal Betinho e autora de diversos livros. A história contada foi a do livro de sua autoria “Quando tocam os tambores”. Estela fez uma linda introdução e nos encantou com sua contação repleta de recursos cenográficos muito bem utilizados. Seguimos com Ricardo Jah-eem–autor de diversos livros e criador da Pedagogia de Favelas. Ricardo nos falou sobre afeto e ancestralidade, sobre sua vivência como criança preta no espaço escolar e como deveriam ser tratados esses corpos que, com frequência, se encontram presentes em nossas escolas públicas. Falou da intensa busca por lugar de destaque feita por pessoas pretas, quanto ensinamento existe nas pessoas que não ocupam esses lugares e que devem ser valorizados. Finalizou com uma vivência, onde ele nos fez sair de onde estávamos, viajar até o Congo, encontrar um ancestral de nossa família, num encontro breve e extremante emocionante, deixando todos de olhos marejados. Em seguida, tivemos Andressa Oliveira–ativista nos temas ligados aos Direitos Humanos com foco em questões raciais e religiosidade em diferentes instituições. Andressa nos contou de sua infância, dos problemas que teve na escola por não possuir, por muito tempo, um endereço fixo. Algumas vezes foi impedida de se matricular

mas, quando conseguiu, se sentia feliz por ter na escola um lugar para onde voltar, fixo. Por muitas vezes dormiu em ônibus circulares ou em casas de pessoas que trocavam a estadia pelo trabalho de organização da casa oferecido por sua mãe, pois algumas pessoas não aceitavam a presença de Andressa ainda criança. Mesmo permanecendo na escola, passou por muitos desafios: professores que não aceitavam as condições em que seus trabalhos eram entregues, notas baixas porque o trabalho estava amassado ou sujo (lembrando que muitos deles foram feitos dentro de um ônibus em movimento) e a fome que, muitas vezes, a impedia de prestar atenção às aulas. Ela finalizou nos fazendo refletir sobre esse lugar que a escola ocupa na vida de algumas crianças e que, inúmeras vezes, nem imaginamos. Depois tivemos a fala de Karen Lamego-pedagoga, contadora de histórias, atriz, Especialista e Mestre em Relações Étnico-Raciais. Karen nos falou de suas práticas com as turmas de Educação Infantil, onde desenvolve um potente trabalho fazendo uso das Cirandas-Ciranda dos afetos, Ciranda da Palavra. Realizou uma vivência com os participantes, construindo um tambor com balde e fita durex, fazendo todos cantarem ao final. E, para concluir, tivemos uma oficina de Dança Charme com Déia Cris Pinto, também professora da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro, introduziu com uma breve explicação sobre a potência preta que é essa dança e, em seguida, colocou todos para dançar. Tivemos mais um encontro de aprendizado, trocas e, principalmente, muita felicidade.

No dia 23 de novembro finalizamos as ações do ano de 2024. Num sábado com previsão de chuvas fortes, consegui com que 33 pessoas comparecessem (havia 40 vagas e 40 pessoas foram convocadas, restando ainda 7 pessoas em fila de espera. Tivemos 33 participantes devido as faltas que ocorreram de forma imprevista). O ônibus para o deslocamento ocorreu em parceria com a GERER-Gerência de Relações Étnico Raciais da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e a atividade foi promovida pelo Instituto Pretos Novos (IPN). A primeira foi uma formação antirracista para professores dentro do próprio Instituto mediado por

Claudia Vitalino. Depois seguimos com a guia Ana dentro do próprio Instituto, onde ela conta sobre a fundação deste e as ossadas que foram encontradas devido a uma obra que a família fez no local, onde seria sua futura residência. Em decorrência disto, acontece a abertura do Instituto Pretos Novos que possui em seu salão de entrada, no chão, uma parte de vidro sendo possível visualizar o local em que parte destas ossadas foram encontradas. Seguimos para a parte externa, caminhamos até o Cais do Valongo e, aos pés de uma baobá-plantada pelo IPN- ouvimos as primeiras explicações sobre a chegada através do porto que ali ficava, das pessoas escravizadas em nosso país. Em um primeiro período, até 1831, este era um comércio legal e somente depois disto passa a ser considerado tráfico de pessoas. Ainda há no local a construção onde ficava a guarda que cobrava os impostos referente a estas pessoas, consideradas absurdamente, na época, como produtos. Os locais das casas de engorda, onde depositavam os escravizados que conseguiam vencer a travessia desumana nos navios negreiros para melhorarem seu aspecto físico, tornando-se um produto de maior valor. Seguimos para a Pedra do Sal, local de trabalho das pessoas escravizadas por ser um ponto de embarque e desembarque de sal. Algumas casas do local se tornaram ponto de refúgio para libertos e fugitivos. Tias baianas residiam ali sendo, uma delas, Tia Ciata e nessa casa onde nasce o samba sendo, o primeiro deles, Pelo Telefone (autoria de Donga). Também havia as casas de angu-alimento considerado barato e acessível na época, salvando muitos dos escravizados que fugiam dessa condição subumana de vida. Nosso circuito com a guia Ana finaliza na estátua de Mercedes Baptista (somente nesse momento inicia uma chuva bem fina) que foi a primeira bailarina negra a integrar o corpo de baile do Theatro Municipal. Almoçamos no Armazém do Porto e retornamos no ônibus-pletos e felizes-às 14h para a sede da 4ª Coordenadoria Regional de Educação em Olaria.

Iniciamos no mês de abril de 2025 com a presença do professor Moisés Machado-Pedagogo, Músico, Especialista em educação, Pós-graduando em História da África e da Diáspora Atlântica (IPN), vencedor do

Prêmio Nacional Educar com Equidade Racial e de Gênero (CEERT) pelo Movimento Sextou. Moisés iniciou abordando a importância de construir uma escola baseada em vínculos, afeto e participação coletiva. A felicidade escolar não é resultado de um ambiente meramente acolhedor, mas de práticas que envolvem estudantes e comunidade na construção do aprendizado e da cidadania. A música popular, a literatura negro-afetiva, a reconexão ancestral africana e outras estratégias criativas são caminhos para promover o engajamento e o pertencimento dos alunos. Essas ações se materializam em práticas para trabalhar temas sociais e identitários. A proposta busca não apenas tornar o ambiente escolar mais prazeroso, mas também afirmar a escola como um espaço de valorização da cultura afro-brasileira e de promoção da igualdade racial. Os resultados obtidos com o “Sextou” indicam avanços significativos: felicidade por vir à escola nesses dias, enquanto os responsáveis sinalizaram o interesse dos filhos em frequentar as aulas. Também foi observada melhoria no desempenho dos estudantes em avaliações externas. Moisés integra essas práticas ao compromisso com o antirracismo, a valorização feminina, a sustentabilidade, a criatividade e a inteligência emocional, alinhando sua proposta às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e à Lei 10.639/03. Assim, apresenta uma experiência pedagógica que une sensibilidade, inovação e compromisso social, mostrando que uma escola feliz é aquela que se constrói com diálogo, diversidade e afeto.

Em junho tivemos a presença do Pastor Henrique Vieira—pastor, professor, ator, escritor e uma das principais vozes no combate ao fundamentalismo religioso na política no Brasil. Eleito um dos cinco melhores deputados federais, reconhecido como um dos 100 parlamentares mais influentes do Congresso e premiado como Personalidade Aliada no Prêmio Cidadania em respeito à Diversidade LGBTQ+. O pastor Henrique Vieira iniciou sua fala relatando sua construção enquanto homem preto. ConTOU sobre as dificuldades em se aceitar, em gostar dos próprios cabelos cacheados—os mais crespos entre os dos primos—e em conviver com o diastema (a separação entre os dentes da frente, muito comum entre

peças negras). Segundo ele, o racismo, antes de ser uma prática, é uma visão. É sutil, genocida, uma violência simbólica e, ao mesmo tempo, a ponta de uma série de violências. “Mais absurdo que o absurdo é quando o absurdo deixa de ser absurdo”, afirmou. O genocídio da juventude negra talvez seja o sintoma mais evidente dessa estrutura. Em apenas oito anos, 268 crianças foram baleadas no Rio de Janeiro, a maioria delas negras. Tão grave quanto o número é a naturalização dessa tragédia. Henrique provocou: o que uma escola precisa fazer para ser racista? Nada. O racismo já está no automático, na modelagem histórica que formou a sociedade brasileira. Por isso, a única forma de confrontar esse racismo cotidiano e sutil no campo da educação é com práticas pedagógicas antirracistas. Sendo o racismo estrutural, movendo as instituições brasileiras, se essas instituições não tiverem consciência crítica e processos objetivos de reformulação, inevitavelmente continuarão reproduzindo o racismo. Pensar em uma educação para a equidade, uma educação antirracista e transformadora, exige reconhecer que o país foi formado e forjado sobre violências, tendo o racismo como elemento central, sistêmico, histórico, estruturante e estrutural. Quando se compreende o racismo por essa perspectiva, entende-se que ele ultrapassa ações, motivações ou intenções individuais. Ele pode até passar pela questão do caráter ou da índole, mas vai muito além disso—está para além do indivíduo ou do grupo. Se fosse apenas uma questão moral, bastaria educar as pessoas e o racismo desapareceria com o tempo. Sendo o racismo formador da sociedade brasileira e a educação uma expressão dessa sociedade, é preciso reconhecer que a escola pode tanto reproduzir o racismo quanto ser um instrumento de sua transformação. O racismo é o chão da história do Brasil, moldando instituições, imaginários, afetos, emoções, o consciente e o inconsciente coletivo. Assim, a educação, ao mesmo tempo em que pode reafirmar esse projeto, também carrega em si a potência de rompê-lo e reconstruí-lo de forma justa e igualitária.

Em setembro tivemos Eliane Ferreira – Mestre em Educação, Pedagoga, Psicóloga, escritora, Pós-graduada em Neurociência, Psicologia

Positiva e Mindfulness, Especialista em Políticas Públicas e Projetos Socio-culturais em Espaços Escolares e Especialista em Gestão, Governança e Setor Público. Eliane compartilhou uma narrativa autobiográfica que costura memórias pessoais, afetos e trajetórias docentes. Levou os participantes a refletir sobre como a escola pode ser tanto um espaço de exclusão quanto de acolhimento e transformação, dependendo das práticas e relações que se constroem ali. Destacou a importância da gestão democrática e do coletivo atuante, que tornam a escola viva e significativa. Apresentou o projeto “Africanidades” que valoriza a diversidade e o reconhecimento das raízes culturais afro-brasileiras, evidenciando que compartilhar histórias é uma forma de resistência e reconstrução da própria existência. João Roberto Souza – Graduação em História (UFF), Especialização em Filosofia Moderna e Contemporânea e Mestrado em Ensino de História (UNIRIO) – trouxe o conceito de racismo religioso escolar, baseado em Wanderson Flor do Nascimento, mostrando como o preconceito contra religiões de matrizes africanas (RMA) se manifesta no ambiente escolar. A análise foi feita sob três pilares: Ideológico - o ensino religioso, mesmo facultativo, ainda privilegia valores cristãos e exclui outras crenças; Institucional - a falta de formação e letramento racial entre docentes e gestores faz com que o racismo religioso se reproduza de forma naturalizada; Familiar - a resistência de famílias cristãs à abordagem das RMA impede a aplicação efetiva das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Embora o Estado seja laico, o cristianismo molda práticas e discursos escolares, contribuindo para a marginalização de outras expressões religiosas. Ele nos levou a refletir sobre uma educação antirracista e plural, capaz de reconhecer e respeitar todas as formas de espiritualidade. E Thayssa Menezes – Pedagoga (UFF), Especialista em Educação Básica (IFMG), atua como Assistente II na Gerência de Relações Étnico-Raciais (Gerer), pesquisadora no coletivo “Rede Preta”, compositora e idealizadora do projeto “Mulheres Negras no Carnaval” - falou sobre samba e carnaval como campos de produção de conhecimento e identidade negra. Ela mostra que o samba, historicamente marginalizado, é também espaço de intelectualidade, coletividade

e resistência. Além da materialização das Leis 10.639/03 e 11.645/08 através das escolas de samba, deve-se buscar fortalecer uma identidade racial positiva; reconhecer personalidades negras e indígenas fora do currículo tradicional; valorizar o saber coletivo e oral presentes nas comunidades; destacar a boneca Abayomi como símbolo de resistência e ancestralidade. Aproximar carnavalescuela formal promove uma educação antirracista, cultural e criativa. As três apresentações dialogam ao defender a educação como espaço de memória, identidade e transformação social. Todas convergem na ideia de que a escola precisa ser um território de escuta, diversidade e resistência, onde a história de cada sujeito—pessoal, cultural ou religiosa—possa “voar”, existir e ser respeitada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grupo de trabalho possui uma frequência diversificada, variando conforme as demandas da Secretaria Municipal de Educação. Apesar disto, percebemos o quanto há pessoas engajadas e preocupadas em realizar uma educação antirracista, o quanto há trabalhos bons escondidos em mais de 1.500 escolas que compõem a nossa rede. Esse GT visa também a valorização do território. A 4ª Coordenaria Regional de Educação é repleta de escolas em áreas conflagradas e isso não pode ser ignorado quando pensamos em educação. A cor desses alunos que frequentam as mais de 140 escolas que compõem esta Regional não pode ser esquecida. É por eles que trabalhamos. É por eles que levantamos todos os dias. É por eles que planejamos e buscamos ideias novas. É por eles que queremos uma escola melhor. Uma escola em que eles se vejam, que eles realmente se identifiquem e não somente “frequentem”. Frequentar não gera carinho, não gera autocuidado, não gera afeto, não gera arrepio, não gera autoestima, não gera pertencimento. Queremos uma escola que seja melhor que a escola que frequentamos.

REFERÊNCIAS

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de & CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, 2010, v. 26, n. 01, p. 15-40.

SILVA, Mauricio. Da educação eurocêntrica à educação antirracista: uma introdução. **Dialogia**, São Paulo, n. 38, p. 1-10, e20213, maio/ago 2021.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. **Revista Brasileira de Educação**, 2000, n. 13, pp. 05-24.

VEIGA-NETO, Alfredo. É preciso ir aos porões. **Revista Brasileira de Educação**, 2012, vol.17, n.50, pp. 267-282.